



**CRISTIANA FORTINI
MARIA FERNANDA VELOSO PIRES
CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI**
Coordenadores

Prefácio
Antonio Anastasia

INTEGRIDADE E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Reflexões atuais e desafios

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro
Direito Público, Direito Constitucional, Direito
Municipal.

Palavras-chave
Integridade, contratações públicas, licitação,
compliance, due diligence, improbidade,
corrupção.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3364

A presente obra objetiva apresentar ao leitor uma visão atual e crítica acerca de temas relevantes envolvendo a integridade e as contratações públicas, por intermédio de uma coletânea de artigos elaborados por profissionais que atuam diariamente com essa temática. Dentre outros temas, são tratadas controvérsias referentes à improbidade administrativa, às licitações, aos contratos administrativos, à consensualidade, aos acordos substitutivos, à governança, ao planejamento, aos mecanismos anticorrupção e ao pragmatismo administrativo.

O livro, sem dúvidas, é instrumento que traduz o conhecimento teórico e a experiência prática dos seus autores, razão pela qual é indispensável à atuação daqueles operadores jurídicos que laboram ou se interessam pelo seu tema central, tão atual na seara do Direito Administrativo: a integridade e as contratações públicas.

I61 Integridade e contratações públicas: reflexões atuais e desafios / Cristiana Fortini, Maria Fernanda Veloso Pires, Caio Mário Lana Cavalcanti (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2024.

355 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-708-3
ISBN digital 978-65-5518-711-3

1. Integridade. 2. Contratações públicas. 3. Licitação. 4. *Compliance*. 5. *Due diligence*. 6. Improbidade. 7. Corrupção. I. Cristiana Fortini. II. Pires, Maria Fernanda Veloso. III. Cavalcanti, Caio Mário Lana. VI. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FORTINI, Cristiana; PIRES, Maria Fernanda Veloso; CAVALCANTI, Caio Mário Lana (coord.). *Integridade e contratações públicas: reflexões atuais e desafios*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 355 p. ISBN 978-65-5518-708-3.

Cristiana Fortini

Advogada. *Visiting Scholar* pela *George Washington University*. Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem pelo IDDE. Diretora Jurídica da Cemig. Professora da graduação, mestrado e doutorado da UFMG. Professora do mestrado da Faculdade Milton Campos. Professora visitante da *Università di Pisa*. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

Maria Fernanda Veloso Pires

Advogada. Doutora em Direito Público pela PUC Minas. Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Especialista em Direito Urbanístico pela PUC Minas. Professora da pós-graduação da PUC Minas.

Caio Mário Lana Cavalcanti

Advogado. Especialista em Direito Administrativo, Tributário e Processual pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais, Direito Tributário e Constitucional pela UCAM. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE e pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Administrativo, Público, Processual e Constitucional pela FEAD-MG. Especialista em Direito Penal e Civil pela Faculdade Arnaldo. Especialista em Direito Público pela UNA. Professor da ESAOAB/MG.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Antonio Augusto Junho Anastasia	13
--	----

LEI Nº 14.230/21 E A EXIGÊNCIA DE PERDA PATRIMONIAL EFETIVA E COMPROVADA PARA CONFIGURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR CONTRATAÇÃO DIRETA INDEVIDA: A SUPERACÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ PELA VIA LEGISLATIVA

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ, DANIEL MARTINS E AVELAR	15
1 Introdução	15
2 Conteúdo normativo do art. 10, inciso VIII, da Lei nº 8.429/92 e regime jurídico de contratação direta.....	16
3 Atuação do Superior Tribunal de Justiça em matéria de improbidade administrativa no contexto da jurisprudencialização do Direito brasileiro	22
4 A reação legislativa ao entendimento do STJ a respeito do dano presumido em hipóteses de contratação direta indevida	26
5 Conclusão	29
Referências.....	29

OS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: APONTAMENTOS SOBRE CONSENSUALIDADE E INTERESSE PÚBLICO

BERNARDO TINÓCO DE LIMA HORTA, BONIFÁCIO JOSÉ SUPPES DE ANDRADA	33
1 Delimitação do objeto	33
2 O programa de integridade e seu regime legal no Direito Administrativo Sancionador	34
3 Regulação responsiva no sistema sancionatório – instrumentos cooperativos para a persecução do interesse público	37
3.1 A noção de regulação responsiva	38
3.2 A cooperação e a consensualidade como instrumentos para a persecução do interesse público	44
4 O programa de integridade como um ensaio de remodelação do Direito Administrativo Sancionador	45
5 Considerações finais	47
Referências.....	48

REFLEXÕES SOBRE O ART. 10, VIII, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/21: O QUE MUDOU?

CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI	51
I Introdução	51
II O art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/92: como era?.....	53
III O art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/92: como passou a ser?.....	58
IV Conclusão	63
Referências.....	64

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DAS UNIDADES CENTRAIS DE CONTROLE INTERNO NA LEI Nº 14.133/2021: A DUE DILIGENCE DE FORNECEDORES NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE COMO MECANISMO DE CONTROLE PREVENTIVO E TRATAMENTO DE RISCOS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CLAUDIA COSTA DE ARAUJO FUSCO, LEONARDO DE ARAÚJO FERRAZ	67
1 Introdução	67
2 Desenvolvimento.....	71
2.1 Gestão de riscos de integridade	71
2.2 O papel da Unidade Central de Controle Interno na NLLC.....	74
2.3 O mecanismo de <i>due diligence</i> e o município de Belo Horizonte.....	76
3 Conclusão	81
Referências.....	82

OS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DE ATIVIDADE SANCIONATÓRIA UNILATERAL EM CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

CRISTIANA FORTINI, FELIPE ALEXANDRE SANTA ANNA MUCCI DANIEL	87
1 Introdução	87
2 Os acordos substitutivos de atos unilaterais da Administração no Direito Administrativo brasileiro	88
3 Análise da possibilidade de acordos em matéria de sanções administrativas.....	94
4 Regime jurídico sancionatório na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil e as alternativas à sanção.....	99

5	Crerios para a deciso administrativa: entre a sano unilateral e o acordo	102
6	Concluso	107
	Referncias	108

O PLANO DE CONTRATAOES ANUAL NA NOVA LEI DE LICITAOES

CRISTINA ANDRADE MELO	111
1 Introduo	111
2 O plano de contrataoes anual	115
2.1 Objetivos	116
2.2 Transparncia como fator de integridade	118
2.3 Regulamentao pelos entes federativos	120
3 Concluso	121
Referncias	122

A LEI N 12846/2013 E A COMPETENCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

DANIEL DE CARVALHO GUIMARAES	125
Introduo	125
1 A lei e sua escolha sobre competncia	126
2 As competncias constitucionais dos Tribunais de Contas e do controle interno	127
3 A competncia dos Tribunais de Contas sobre pessoas jurdicas de direito privado	130
4 Parmetros legais da competncia sancionatria dos Tribunais de Contas	133
5 As fragilidades do modelo de descentralizao federativa da Lei n 12.846/2013	135
Concluso	136
Referncias	137

A RESPONSABILIZAO ADMINISTRATIVA POR ATOS DE CORRUPAO PRATICADOS POR LICITANTES E CONTRATADOS A LUZ DA LEI N 14.133/2021

DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA, WESLEY ROBERTO QUEIROZ COSTA	139
Introduo	139
1 O ato de corrupao como ilcito administrativo no contexto das contrataoes pblicas	141
2 Tipificao dos atos de corrupao na nova Lei de Licitaes e Contratos Administrativos e as sanoes administrativas aplicveis	147
Concluso	154
Referncias	155

PARECER E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. O QUESTIONAMENTO PERANTE A LEI N 14.133/2021

EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	157
I Introduo	157
II Uma ideia de parecer	161
III Modalidades de parecer	163
IV Parecer <i>versus</i> improbidade administrativa	168
V Sntese conclusiva	170
Referncias	170

SENSUALIDADE E PRAGMATISMO: OS NOVOS CAMINHOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS PARA O REGIME SANCIONATORIO DA LEI ANTICORRUPAO EMPRESARIAL E DA NOVA LEI DE LICITAOES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FELIPE ALEXANDRE SANTA ANNA MUCCI DANIEL	173
1 Introduo	173
2 O regime sancionatrio da Lei Anticorrupo e da Lei n 14.133, de 2021: diferenas e similitudes	177
2.1 O regime infracional e sancionatrio da Lei Anticorrupo Empresarial e suas inovaes	178
2.2 O regime infracional e sancionatrio da Lei n 14.133, de 2021 e suas inovaes	182
2.2.1 A aplicao dos princpios da consensualidade e do pragmatismo jurdico no regime sancionatrio da Lei n 14.133, de 2021	185
3 Concluso	187
Referncias	189

DESAFIOS DOS MUNICIPIOS NA NOVA LEI DE LICITAOES: A GOVERNANCA DAS CONTRATAOES

GREYCIELLE DE FATIMA PERES AMARAL, LUISA ROSADO	191
I Consideraes iniciais	191
II Os instrumentos de governanra na nova lei de licitao aplicados a realidade dos municpios	193
II.I A governanra nas contrataoes pblicas e o programa de <i>compliance</i> nos municpios	201
III Dos instrumentos de planejamento na contrataao pblica	204
IV Consideraes finais	210
Referncias	211

DISFUNÇÕES E RISCOS NAS POLÍTICAS DE TOLERÂNCIA ZERO EM LICITAÇÕES DE ESTATAIS: POR UM CONTROLE EQUILIBRADO DO *DUE DILIGENCE*

IRENE PATRÍCIA NOHARA, MARÍLIA MOREIRA PIRES	215
Considerações introdutórias.....	215
1 Lava Jato, Lei das Estatais e mudanças no controle e fiscalização das estatais	216
2 Mudanças nas práticas de governança das contratações nas estatais	219
3 Case da Petrobras	223
4 Garantias no controle do <i>due diligence</i> e ponderação consequencial	227
Conclusões	230
Referências.....	231

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR ANTICORRUPÇÃO. INTERAÇÃO ENTRE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI Nº 12.846/2013

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA	233
1 Introdução	233
2 Direito Administrativo Sancionador Anticorrupção.....	234
3 Sistema de responsabilização administrativa da nova LGLC (Lei nº 14.133/2021)	242
4 Sistema de responsabilização da LIPJ (Lei nº 12.846/2013)	257
5 Relacionamento entre os sistemas no DAS Anticorrupção.....	263
6 Conclusões.....	269
Referências.....	270

A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA INTEGRIDADE NA LEI Nº 14.133/2021, NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

LICURGO MOURÃO, SILVIA MOTTA PIANCASTELLI	275
1 Introdução	275
2 A nova Lei nº 14.133/2021, a ênfase no planejamento e o programa de integridade	276
3 Obras paralisadas devido à falta de planejamento da Administração.....	282
4 Considerações finais	290
Referências.....	291

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E INTEGRIDADE: O PROGRAMA DE COMPLIANCE NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA QUE PRESTAM SERVIÇO JURÍDICO AO PODER PÚBLICO

MARIA FERNANDA VELOSO PIRES, LUAN ALVARENGA BALIEIRO	293
I Introdução	293
II Contratação de serviço jurídico pela Administração Pública.....	295
III Incentivo da legislação de regência e obrigatoriedade de implantação do programa de integridade	300
IV A necessária implantação /adequação do programa de <i>compliance</i> em busca da ética e da integridade	302
V Conclusão	306
Referências.....	307

O PRAGMATISMO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA ÀS DECISÕES DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MARILENE CARNEIRO MATOS, FELIPE DALENOGARE ALVES	309
1 Introdução	309
2 O consequencialismo como teoria moral e a primazia dos elementos cognitivos em detrimento dos normativos.....	311
3 A evolução normativa consequencialista ao controle da Administração Pública	316
4 Conclusão	324
Referências.....	325

PROCESSO SANCIONADOR NA LEI Nº 14.133/2021 E SUA INTERSEÇÃO COM A LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)

MARCELO PONTES VIANNA, RAFAEL AMORIM DE AMORIM	329
I Introdução	329
II Do processo sancionador na Lei nº 14.133/2021.....	331
II.1 Rito simplificado (art. 157 da Lei nº 14.133/2021)	335
II.2 Rito ordinário (art. 158, <i>caput</i> e §§1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021).....	337
II.3 Rito procedimental da Lei nº 12.846/2013.....	341
III Da prescrição da pretensão sancionatória (§4º do art. 158 da Lei nº 14.133/2021).....	344
IV Conclusão	347
Referências.....	348

SOBRE OS AUTORES	351
-------------------------------	-----